

campos levou à ruína de muitos pequenos agricultores, incapazes de concorrerem com os preços de produtos cultivados em larga escala, ou trazidos de longe, graças aos novos meios de transporte. O setor secundário absorveu parte dessa mão-de-obra. No setor terciário, o dos serviços, verificou-se crescimento do emprego, devido à expansão das cidades, ligada à industrialização, ao crescimento dos novos meios de transporte e às exigências administrativas, e de educação da população. No caso da população europeia, a elevada densidade (**Doc. 16**), as alterações dos modos de vida e as crises do capitalismo, geradoras de desemprego, levaram a que, durante o século XIX, abandonassem o continente europeu 60 milhões de habitantes. As regiões que mais cedo se industrializaram forneceram as primeiras vagas migratórias; a partir de meados do século, a emigração intensificou-se.

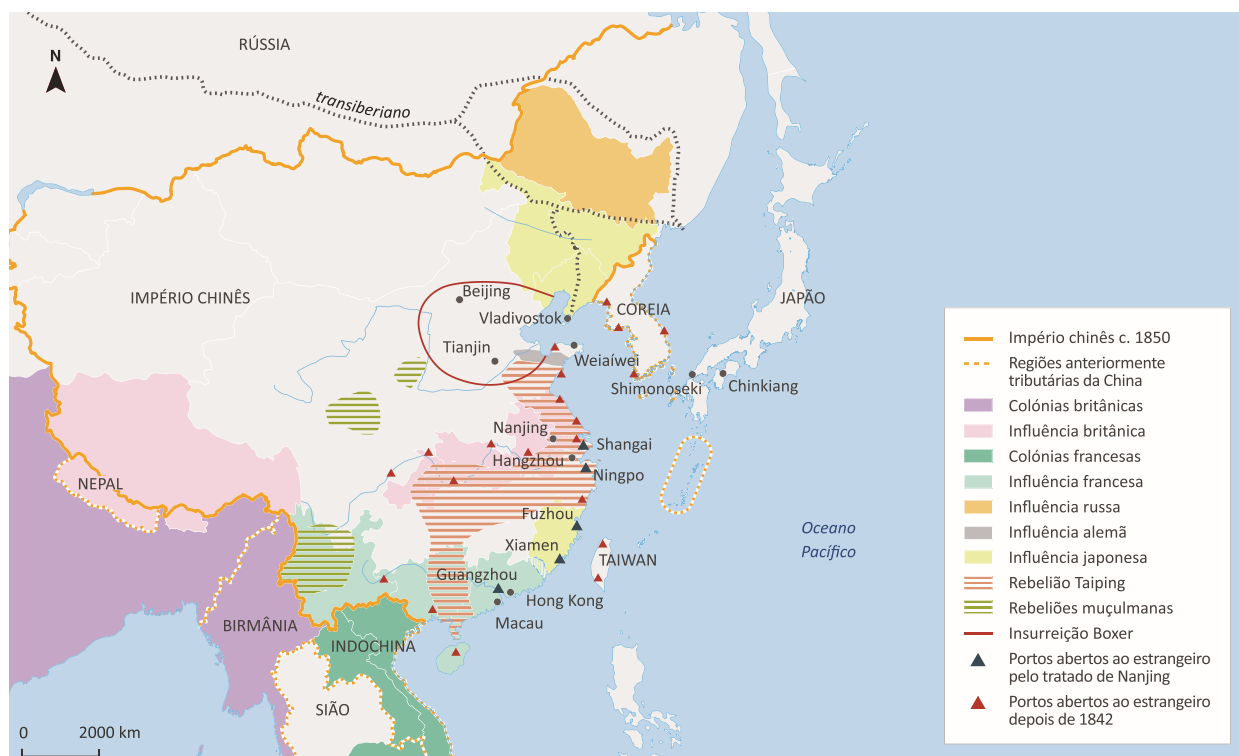
↑ **DOC. 17**
Grandes correntes migratórias no século XIX

Atividade

Indica duas consequências das correntes migratórias assinaladas no mapa.

Que regiões acolhiam estes migrantes? Prioritariamente, os países de desenvolvimento recente: os EUA, o Canadá, o Brasil, a Argentina, a Austrália e a Nova Zelândia (**Doc. 17**). Os novos meios de transporte intercontinentais facilitaram aos europeus a escolha de destinos tão longínquos. No caso da Europa, a emigração terá certamente contribuído para reduzir a conflitualidade que as situações de crise poderiam fazer surgir.

O crescimento populacional da China e do Japão conduziu, também, à emigração de milhares, motivando situações de hostilidade, no sudeste asiático, nos EUA e na Austrália, e legislação restritiva, nestes dois países.



DOC. 18 ↑
O Extremo Oriente no século XIX

2. Ritmos de desenvolvimento dos mundos asiático e oceânico

2.1. As dificuldades da China

Nesta região do globo destacou-se, no século XIX, o acidentado percurso do Império chinês.

Durante toda a primeira metade do século aumentou a agitação entre os camponeses, o que se explica, em primeiro lugar, pelo grande aumento demográfico – de 264 milhões de habitantes, em 1775, para 432, em 1851. Este fenómeno levou à diminuição da propriedade cultivável por cada família camponesa. Acresce que diversas catástrofes naturais, decorrentes do cultivo em áreas impróprias, reduziram os rendimentos dos camponeses que, frequentemente, tiveram de se endividar; os elevados juros, cobrados por quem emprestava, aumentaram a miséria camponesa. A agitação social explica-se, ainda, pelo aumento de impostos, exigidos para satisfazer as necessidades financeiras, da administração e da defesa, de um Império tão vasto e diverso (**Doc. 18**).

Sociedades secretas
A revolta (1793-1803) do Lotus Branco, nome de uma dessas sociedades secretas, revolta apoiada pelas massas camponesas, marcou o início dos problemas internos que caracterizaram a China dos Qing, no século XIX.

Os gastos da corte e a corrupção, mesmo entre altos funcionários ligados ao imperador, agravaram a situação financeira do Estado. O reforço da autocracia da dinastia manchú revoltou as populações e deu lugar, durante a primeira metade do século, ao aumento do número de **sociedades secretas**, em luta contra as autoridades.

Período	Rolos de Seda	Período	Peças de tecidos de algodão
1750	1 200	1750	338 000
1830	6 400	1830	1 415 000

Portanto, na primeira metade do século XIX, nem as técnicas de produção e de comércio nem as formas administrativas usuais respondiam aos problemas do Império chinês.

Contudo, até cerca de 1820-1825, a balança comercial com o Ocidente continuava favorável à China. A numerosa e, por isso, barata mão-de-obra garantia as exportações de artigos de luxo chineses procurados pelos ocidentais (**Doc. 19**). A situação tendia, no entanto, a alterar-se.

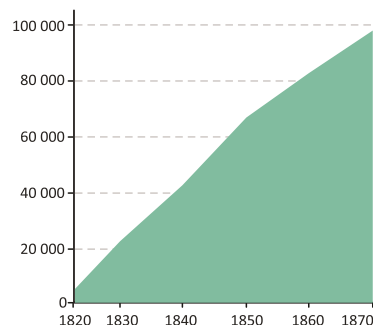
Por um lado, a economia chinesa, que assentava na relação entre o valor da prata e o do cobre, começou a ressentir-se do facto de os ocidentais basearem a sua atividade económica na relação ouro-prata, com prejuízo para esta. Como consequência, não só a balança comercial foi afetada como, na China, a prata se valorizou face ao cobre, empobrecendo as classes mais desfavorecidas que assim viram a moeda de cobre desvalorizar-se (em 1820, 36g de prata valiam 1000 moedas de cobre; em 1845, passaram a valer 2200). Por outro lado, as políticas comerciais das potências ocidentais, especialmente do Reino Unido, tornaram-se mais agressivas, pressionando a abertura dos portos chineses. O comércio do **ópio** foi determinante para inverter, definitivamente, a balança comercial. Embora proibido, era vendido em contrabando pelos ingleses, em Guangzhou, em maiores quantidades, sobretudo desde cerca de 1820, alimentando a pirataria e a corrupção (**Doc. 20**). À medida que as importações cresceram, o Governo hesitou nas decisões a tomar: proibir o comércio; autorizá-lo, mas com elevadas taxas alfandegárias e com a obrigatoriedade de compra de produtos chineses; liberalizar a venda.

Em 1839, o Governo chinês reafirmou a proibição e apreendeu, em Guangzhou, 20 000 caixas de ópio.

Navios ingleses, em retaliação, atacaram o litoral, de Guangzhou a Nanjing. A China, que na mesma época se defrontava com a pirataria japonesa e temia a sublevação da população chinesa, foi obrigada a um tratado ruinoso. Pelo tratado de Nanjing, termo da “1ª Guerra do Ópio” (1839-42), os ingleses obtiveram: o território de Hong Kong e a abertura ao comércio dos portos de Guangzhou, Xiamen, Shangai e Ningko (**Doc. 18**), em regime de **extraterritorialidade**; o estatuto de “nação mais favorecida”; o pagamento de 21 milhões de dólares em prata. Em simultâneo, a Associação dos Mercadores de Guangzhou perdeu o monopólio do comércio com os estrangeiros.

← DOC. 19

Exportações da China para a Europa



↑ DOC. 20

Importação de ópio pela China, 1820-70 (em caixas – 65kg/caixa)

Atividade

Utiliza os dados dos documentos (Docs. 19 e 20) para explicar a insistência dos ingleses em desrespeitarem a proibição de venda de ópio, estabelecida pelo governo chinês.

Ópio

Introduzido pelos portugueses na China, desde o séc. XVII, foi objeto de sucessivas proibições pelas autoridades chinesas, em 1729, 1796, 1813, 1814, 1836, 1839, 1859. O seu comércio constituiu, durante décadas, grande fonte de rendimento do Império inglês das Índias.

Extraterritorialidade

Estatuto que permite que sejam aplicadas, a estrangeiros, as leis do seu país de origem e não as do Estado em que se encontram.

DOC. 21 →
Princípios proclamados
na Revolta Taiping

“

Cultivando a terra em comum, comendo arroz em comum, usando roupas em comum, usando o dinheiro em comum, as pessoas de todos os lugares partilharão tudo igualmente e não haverá ninguém que não esteja bem alimentado e vestido.

A igualdade é o ideal de Deus todo-poderoso que enviou Hong Xiuquan para salvar o mundo.

DOC. 22 →
Selo postal comemorativo da Revolta
Taiping, editado em 1951

Atividade

Explicita o que pensa que levou a China a comemorar, em 1951, a rebelião Taiping.



O tratado de Nanjing enfraqueceu a autoridade do poder central e agudizou a situação financeira do Império chinês – em meados do século XIX já se encontrava em recessão económica. Iniciou-se então um novo período, que decorreu sensivelmente dos anos 1850 a 1870, caracterizado por uma violentíssima e generalizada agitação política e social.

Taiping
“Grande Paz”. Rebelião liderada por Hong Xiuquan. Este, conhecedor dos clássicos chineses, do budismo e do cristianismo, apresentava-se como irmão de Jesus Cristo, pretendendo instituir uma sociedade de base teocrática.

De todas as rebeliões, a mais importante foi a de **Taiping** (1851-1864), surgida na China do Sul (**Docs. 18, 21 e 22**), numa região afetada pela alta de preços do comércio do ópio e pela descida de importância do tráfico de Guangzhou face a Shanghai, após o tratado de Nanjing. Esta cidade foi, aliás, o centro administrativo e político do “Reino do Céu e da Grande Paz”, em que se pretendeu instituir um regime comunitário (**Doc. 21**), com igualdade entre sexos e costumes puritanos. À insurreição aderiram barqueiros pobres, camponeses, mineiros, mas também membros de sociedades secretas antimanchus. A rebelião alastrou (**Doc. 18**), chegando a ameaçar Beijing. Os revoltosos foram vencidos devido à ação militar da administração chinesa provincial, auxiliada (a partir de 1862) pelas potências ocidentais, temerosas pelos seus interesses.

“

Tive a honra de conhecer o príncipe Gong [meio irmão do Imperador], a quem expliquei as vantagens do caminho de ferro. Concordeu com a minha sugestão, mas disse-me que ninguém se atreveria a promover tal iniciativa [...]. As classes altas proíbem as gentes locais de usar os métodos e as máquinas ocidentais [...]. Os intelectuais e os letrados criticam-me por confiar em conhecimentos tão estranhos [...].

Li Hongzhang (c.1870)

Durante esse período perturbado, em que também ocorreram grandes inundações e a mudança de curso do rio Huang-He (1855), houve ainda a rebelião Nian, antimanchu, surgida no Norte (1853-1868), revoltas de muçulmanos chineses e de minorias étnicas (1854-1878), integradas pela força no mundo chinês (**Doc. 18**). Nestes conflitos, em que se estima terem morrido 20 a 30 milhões de chineses, ficaram destruídas as regiões mais produtivas do Império e importantes centros intelectuais. Nessa época aumentou significativamente a emigração.

A partir de cerca de 1860, a China, enfraquecida pelas calamidades naturais e pelas revoltas, teve de dar prioridade à reorganização da agricultura, com reconstrução de diques e de canais, pelo que foram aligeirados os impostos sobre a terra, mas mantido o imposto sobre o comércio e o artesanato (*liking*), criado para a luta contra a rebelião Taiping. Esse imposto, contudo, tornou a China mais vulnerável à invasão de produtos estrangeiros, já que não os abrangia.

No entanto, durante a luta contra os Taiping, afirmaram-se chefes provinciais, como Li Hongzhang (**Doc. 23**), que embora defendessem os valores chineses tradicionais, viram vantagem na modernização do país, e estiveram na base do esforço de industrialização dessa época (**Doc. 24**). Porém, as agressões externas tornaram prioritária a modernização na área da defesa, atrasando outros domínios. Além disso, a falta de capitais e de técnicos especializados tornou inevitável o recurso aos estrangeiros.

As últimas décadas do século XIX corresponderam ao período de maiores imposições (**Docs. 25 e 26**) por parte das potências industrializadas que, pela força, obtiveram “tratados desiguais”, com cedência de territórios em que estabeleceram bases militares e enormes vantagens financeiras. A derrota militar da China face ao Japão (**Doc. 26**) constituiu a suprema humilhação e um golpe fatal nas finanças chinesas: a indemnização a pagar correspondeu ao triplo do rendimento anual do Governo.

← DOC. 23

Correntes de opinião, na China, sobre a modernização

- 1865/7 ● Estaleiros navais em Xangai e Mawei
- 1868 ● Primeiro navio a vapor chinês
- 1872 ● Companhia Chinesa dos Barcos a Vapor
- 1878 ● Sociedade das Minas de Kaiping
- 1879 ● Caminho de ferro das minas de Kaiping
- 1880 ● Companhia do Telégrafo, em Tianjin
- 1890 ● Altos fornos de Hanyang
- 1894 ● Conclusão da linha férrea Tianjin-Xangai

↑ DOC. 24

Esforços de industrialização na China

Atividade

Indica duas razões que expliquem a relutância das elites chinesas perante a tecnologia ocidental (Doc. 23).

DOC. 25 →

A agressão europeia

Gravura satírica francesa: Reino Unido, Alemanha, Rússia, França e Japão dividem a China entre si.

- 1857-73 • “2ª Guerra do Ópio”:
abertura de portos; liberdade de circulação nos rios chineses; concessões à Rússia (Mongólia, Xinjiang) e entrega de Amur e da Província Marítima; indenizações
- 1879 • O Japão anexa as ilhas Riukyu
- 1884/85 • A França ocupa a Indochina
- 1886 • O Reino Unido ocupa a Birmânia
- 1894/95 • Guerra sino-japonesa, tratado de Shimonoseki: portos chineses abertos ao Japão; entrega de Taiwan
- 1897/99 • Anexações e concessões ao Reino Unido, Alemanha, Rússia, Japão



DOC. 26 ↑

Cedências da China ao estrangeiro

Atividades

1. Consulta o mapa (Doc.18) e localiza os acontecimentos referenciados no Doc. 26.
2. Indica qual te parece ser a intenção do autor da gravura (Doc. 25).

Em 1898, um grupo de chineses influentes, em que se destacava K'ang Yu-wei, tentou ainda uma série de reformas modernizadoras. Os decretos, assinados pelo imperador de Guangxu, abrangiam o ensino, a economia, a administração e até medidas de natureza constitucional. Foi um período efêmero – os “Cem Dias de Reforma” – subvertido pelas estruturas manchus, em decadência, comandadas pela imperatriz Tzu-Hsi.

No final do século XIX, fomes e inundações fustigaram novamente a China, dando lugar a um quadro já conhecido de agitação social e de afirmação de sociedades secretas. O notório contraste entre o litoral, de domínio estrangeiro, e o interior, atizou a xenofobia. Em 1898, a “Sociedade dos Punhos da Justiça e da Concórdia” (“Boxers”, na versão ocidental) atacou tudo o que se relacionava com o estrangeiro: caminhos de ferro, fábricas, lojas, missões cristãs que tinham sido autorizadas a instalar-se (**Doc. 18**). A Corte chinesa apoiou a “Revolta dos Boxers” (1898-1900). As potências estrangeiras intervieram e venceram. A China, profundamente endividada, foi mais uma vez condenada (1901) a indenizações: 450 milhões de dólares de prata.

As dificuldades internas e as agressões estrangeiras bloquearam a modernização da China.

“

Ética Oriental, Ciência Ocidental.

Reverenciemos o Imperador, expulsemos os bárbaros.

Espírito Japonês, Ensino Ocidental.

Alcança, ultrapassa.

Torna-te forte e constrói uma nação forte.

Nação rica, exército forte.

Período	Indústria caseira	Indústria fabril	Minas
1882	63,4 %	33,3 %	3,3 %
1892	56,0 %	39,1 %	4,9 %
1902	49,8 %	39,0 %	11,2 %
1912	37,8 %	50,4 %	11,8 %

2.2.O sucesso do Japão

Em meados do século XIX, o Japão já apresentava um conjunto de características facilitadoras de mudanças internas e da afirmação internacional que conseguiu no final do século.

No plano económico, diversas regiões especializaram-se em culturas de rendimento (chá, seda, algodão, açúcar, tabaco), com taxas de crescimento da produção superiores às necessidades da população. Desenvolveu-se um ativo comércio interno e avançadas práticas financeiras. No plano social, cresceu uma classe mercantil, desejosa de se libertar do estatuto de inferioridade que o rígido esquema social do século XVII lhe tinha fixado. No plano das mentalidades, aumentou a abertura à modernização tecnológica, facilitada pelo elevado grau de escolarização, embora temperada pelo reforço do nacionalismo (**Doc. 27**), baseado nos clássicos japoneses e no xintoísmo. No plano político, adensou-se a descrença na capacidade administrativa e político-militar do xógum, para responder quer às dinâmicas internas quer a prováveis agressões exteriores, como as que, desde a década de 1830, oprimiam a China.

Esta última situação confirmou-se quando os EUA (1853/54), o Reino Unido e a França (1855) impuseram ao Japão a humilhante abertura de portos, com cedência de direitos.

Embora as opiniões se dividissem, um grupo de samurais (dos domínios menos dependentes do xógum) e alguns nobres da corte, acreditando que a modernização seria a forma de escapar à subordinação aos interesses estrangeiros, conseguiram do jovem imperador, Mutsuhito, em 1868, um decreto que levou ao afastamento do xógum. Mantinha-se assim o imperador, símbolo da unidade nacional, mas afastava-se o xógum, que renunciou ao cargo. Abriu-se então o caminho a uma modernização (**Doc. 28**) orientada pelo Estado.

Meiji, “poder iluminado”, foi a designação encontrada para a nova época, inaugurada com a “Carta de Juramento” que prometia uma Constituição e mudanças sociais, eliminando as restrições às profissões, segundo a classe social de origem.

← **DOC. 27** (à esquerda)

Lemas japoneses defendidos ao longo do século XIX

↑ **DOC. 28** (à direita)

Evolução percentual de atividades do setor secundário, no Japão

Atividades

1. Explica o significado dos lemas que orientaram a atitude do Japão face ao Ocidente, no século XIX (Doc. 27).

2. Interpreta os dados da tabela (Doc. 28).

“

Vós, Nossos súbditos, sede filiais com os vossos pais, afetuosos com os vossos irmãos e irmãs; como maridos e mulheres sede harmoniosos, como verdadeiros amigos; comportai-vos com modéstia e moderação; espalhai por todos a vossa benevolência; [...] desenvolvei as vossas faculdades intelectuais e aperfeiçoi as vossas capacidades morais; promovei o bem público e os interesses comuns; respeitai sempre a Constituição e observai as leis; em caso de emergência oferecei-vos corajosamente ao Estado; e, assim, guardai e mantende a prosperidade do Nosso Trono Imperial, tão antigo como o Céu e a Terra. [...]

DOC. 29 ↑
Rescrito Imperial sobre a Educação
(1890)

A terra foi nacionalizada e organizada em regiões administrativas correspondentes aos domínios dos dáimios; estes foram compensados, financeiramente ou com cargos. Os samurais foram progressivamente dispensados e instituído o serviço militar obrigatório. Foi estabelecido um sistema monetário decimal e adotado o calendário ocidental (1873).

Atividade

Transcreve do texto (Doc. 29) as frases que mostram a intenção de identificar o Estado com o Imperador. Indica dois motivos dessa intenção.

Em 1889, foi finalmente aprovada uma constituição, inspirada no modelo alemão, redigida pelo primeiro ministro e outorgada pelo Imperador. Estabeleceu-se um regime de parlamento bicameral e sufrágio censitário – votavam adultos, do sexo masculino, que pagassem pelo menos 15 ienes de imposto (apenas 2% da população). O Governo respondia perante o Imperador e não perante o parlamento. Os direitos de liberdade de expressão, religião e associação ficaram condicionados a limites que “não prejudicassem a paz e a ordem”.

No entanto, para fazer face à excessiva ocidentalização, foi publicado, em 1890, o “Rescrito Imperial sobre a Educação” (**Doc. 29**), lembrando antigos valores de piedade filial e identificando o Imperador, figura de carácter sagrado, com o Estado.

Entretanto, o Japão industrializara-se (**Doc. 28**). A prioridade dada às comunicações levou ao estabelecimento do telégrafo (1869), dos correios (1871), da primeira via férrea (1872). O Estado assumiu, no início, a responsabilidade pelas infraestruturas. Por isso, em 1874/75, um terço do orçamento foi dedicado aos caminhos de ferro; no final do século, estes já ligavam todo o país. Centenas de especialistas estrangeiros asseguraram a difusão das novas técnicas. No início, muitas fábricas e empresas foram fundadas pelo Estado, o que levou, porém, a problemas financeiros e, a partir do final da década de 1880, à sua venda a privados, mas com preços convidativos. A mudança foi radical: em 1870, o Japão importava 90% dos produtos fabricados; em 1914, já exportava 90%.

Assim, na viragem do século XIX para o XX, alterou-se o jogo de forças no Extremo Oriente.



O Japão ascendeu à condição de potência e de possível aliado do Ocidente. Conseguiu a revisão dos “tratados desiguais”; venceu a China e a Rússia (1905); obteve a mediação dos Estados Unidos no tratado de Portsmouth (termo da guerra russo-japonesa), em que obteve direitos sobre a Manchúria, parte da ilha de Sacalina e influência sobre a Coreia.

A China declinava. A sua grande dimensão e a numerosa população, bem como as agressões estrangeiras dificultaram a inversão dos bloqueios internos. Os antigos Estados tributários do Império (Indochina, Birmânia e Coreia) passaram a estar dependentes de outras potências.

A norte, o Império Russo obteve, em meados do século XIX, concessões da China (**Docs. 18 e 25**), mas, no início do século XX, foi derrotado pelo Japão que conseguiu a neutralidade do Reino Unido, preocupado com as ambições da Rússia.

2.3. O Império Otomano – o “grande enfermo”

Na Ásia ocidental, a mais extensa entidade política era, no início do século XIX, o Império Otomano, mas, em meados do século, a sua decadência anunciava-se. Com efeito, embora contasse com populosas e prestigiadas cidades, como Istambul (**Doc.30**), e obtivesse consideráveis rendimentos do comércio, mantinha uma agricultura rudimentar e fraca modernização industrial. O endividamento do Estado era assinalável, apesar dos impostos cobrados.

Assim, a instabilidade interna e as pressões do capitalismo e dos países estrangeiros, seduzidos pelos recursos do Império (que incluíam petróleo), e pela sua importância estratégica, levaram à sucessiva perda de territórios, ao longo do século XIX. Nas últimas décadas do século, a situação agravou-se. Em 1875, o sultão declarou bancarrota e os credores externos (em que predominavam alemães, franceses e ingleses) impuseram as suas condições ao país, intervindo internamente.

← **DOC. 30**
Istambul cerca de 1850

↑ **DOC. 31**
Bombaim - estação Vitória (1905)

Atividade

Verifica no mapa a localização de Bombaim.

Justifica a importância, para o Reino Unido, da construção da linha férrea (1853) com terminal em Bombaim (Doc. 31).

DOC. 32 →
Ligações Ocidente / Oriente

Distância percorrida em milhas (1 milha – 1852m)	Pela Rota do Cabo da Boa Esperança	Pelo Canal do Suez
Liverpool - Bombaim	10 680	6 623
Liverpool - Yokoama	14 436	11 113
Liverpool - Melbourne	11 890	11 018

DOC. 33 →
Comércio britânico na Índia colonial

Direitos alfandegários dos têxteis (1800-1846)		Origem do chá importado pela Inglaterra	
		1866	1903
Têxteis ingleses entrados na Índia	3,5%	Da China	94%
Têxteis indianos entrados em Inglaterra	40-60%	Da Índia	6%
		Do Ceilão	31%

Atividade

Indica os objetivos da política alfandegária britânica que as tabelas evidenciam (Doc. 33).

Por influência de elites adeptas das transformações europeias, foi promulgada, em 1876, uma constituição, mas o regime não se alterou. No início do século XX, um grupo nacionalista, a “Sociedade Otomana pela União e Progresso” (os “Jovens Turcos”), propôs a modernização do país e a reposição da constituição.

A abertura do canal de Suez, com capitais estrangeiros, evidenciou a fragilidade do Império Otomano e assegurou rendosos investimentos a países como a França e o Reino Unido, já que estabeleceu uma ligação mais rápida entre o Ocidente e o Oriente (Doc. 32).

2.4. A Índia – a “joia da coroa inglesa”

O subcontinente indiano foi também afetado pelas transformações da época. Apesar de o sistema de castas manter o imobilismo social e de continuarem práticas agrícolas tradicionais, a Companhia Inglesa das Índias Orientais que, desde o século XVIII, era o braço de entrada do Reino Unido na Índia (onde existiam regiões com administração colonial direta e acordos com dirigentes locais), impôs uma agricultura orientada para a exportação. Nas regiões que dominava, avultavam as plantações destinadas ao comércio de algodão, chá e ópio (Docs. 20 e 33). As comunidades aldeãs eram obrigadas ao pagamento de impostos; nuns casos, em termos de responsabilidade coletiva, noutros, individual. As exigências de lucro da Companhia, que até 1813 detinha o monopólio do comércio e cujos privilégios incluíam a manutenção de tropas, levaram ao agravamento das exigências. A **Revolta dos Cipaios** (1857-58) foi, portanto, a expressão do descontentamento dos indianos perante as imposições da Companhia, mas também um sinal de reação nacionalista contra as imposições estrangeiras que destruíam a economia e as formas de vida tradicionais.

Revolta dos Cipaios

Teve início como levantamento militar, em sequência da reação de tropas muçulmanas e hindus integradas no exército inglês, perante o desrespeito de um interdito religioso (contacto com gordura de vaca e de porco, utilizada nas munições do exército). A revolta alastrou com gravidade, mas foi dominada.